

O que é financeirização?

Eleutério F. S. Prado¹

No prefácio ao livro *A finança mundializada* (2005), organizado por François Chesnais, Luiz Gonzaga Belluzzo não se esquece de equiparar o pensamento de Keynes ao de Marx:

Marx, como Keynes, desvendou no capitalismo a possibilidade da acumulação da riqueza abstrata, desvincilhada dos incômodos da produção material. Para eles, tal ambição não é sintoma de deformação, mas de aperfeiçoamento da “natureza” do regime do capital.

No entanto, como se sabe, Marx nunca propôs a “eutanásia dos rentistas”. Ele propôs a superação, isto sim, da sociabilidade indireta e do fetichismo que lhe é inerente, ou seja, a abolição do capitalismo. Mas Keynes o fez, considerando que assim estaria mais bem garantida a sobrevivência e a prosperidade desse sistema. Logo, não pode ser certo que Keynes tenha visto o desenvolvimento das formas financeiras do capital como “aperfeiçoamento da natureza do regime do capital”. Também é verdade, por outro lado, que Beluzzo parece aprovar *grosso modo* as teses contidas no livro organizado por Chesnais. Mas, afinal, que teses são estas? Seriam elas corretas?

Como se sabe, François Chesnais, para compreender o capitalismo contemporâneo, desenvolveu o que ele mesmo chamou de “teoria do regime de acumulação financeirizado”. Como também se sabe, essa teoria propõe uma explicação global para o desenvolvimento do capitalismo do final do século XX. Segundo ela, já um pouco antes da virada do milênio “o capital-dinheiro, concentrado nas mãos de grandes bancos e de fundos de pensão, estava provavelmente em vias de estabelecer sua ascendência sobre o capital industrial”. Aquilo que denomina também de neoliberalismo adveio, segundo ele próprio, do “reaparecimento e da consolidação de uma forma específica de acumulação de capital”, a qual se caracteriza por privilegiar a forma dinheiro e por girar predominantemente na esfera financeira (ou seja, pela forma M – M’ de Marx). Ora, essa mudança crucial no modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo, favorecedora do rentismo em relação ao industrialismo, fora propiciada pelas políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização iniciadas nos governos Reagan e Thatcher.

É bem evidente que Chesnais, por meio dessa teoria, opõe o capital financeiro ao capital industrial, tomindo este último, senão como um mal absoluto, pelo menos como um mal maior. Eis que o livro como um todo – ele avisa – dá atenção e se esmera em apreender o “poder da finança”. Por isso mesmo, tem como foco analítico principal a “repartição da renda em duas dimensões essenciais: a da distribuição da riqueza produzida entre salários, lucros e renda financeira, e a da repartição entre a renda atribuída ao investimento e a parte distribuída como dividendos e juros”. Em consequência, nessa perspectiva, o poder da finança aparece como algo extremamente deletério para os trabalhadores em geral: “como as duas determinações da repartição afetam o nível do investimento e comandam o emprego e o crescimento, é difícil

¹ Professor sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Endereço eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

“imaginar um poder mais forte da finança” em deteriorar as condições de vida da população trabalhadora.

Essa visão do capitalismo contemporâneo exposta por Chesnais é atualmente – e lamentavelmente – hegemônica na esquerda brasileira. Sem desmerecer os seus traços de originalidade e seu papel na elucidação de aspectos do capitalismo atual, ela pertence a uma velha tradição de crítica ao sistema que trata a finança como excrescência, atividade meramente parasitária, que, para o bom funcionamento da ordem social, deveria ser reprimida ou mesmo suprimida. Como o autor dessa pequena nota discorda fortemente desse tipo de perspectiva teórica, ele traduz para os leitores brasileiros a introdução de um livro recém-publicado em inglês, o qual contesta essa linha de compreensão por meio de uma argumentação abrangente e muito sólida.

Trata-se do livro *A political economy of contemporary capitalism and its crisis – Demystifying finance* (2013), título este que pode ser evidentemente traduzido por *Economia Política do capitalismo contemporâneo e suas crises – desmistificação da finança*. Os seus autores são três economistas gregos, Dimitris P. Sotiropoulos, John Milios e Spyros Lapatsionas. Eles, por meio desse trabalho magnífico, vêm mostrar a força do pensamento e da cultura grega, berço da civilização ocidental, e do povo grego que tem sido constantemente humilhado nos últimos anos justamente pelo garote financeiro imposto pelo poder burguês da finança mundializada. Eis aqui, portanto, a tradução da *Introdução* – um pequeno esforço que visa apenas estimular a leitura do livro como um todo.

Introdução

Dimitris P. Sotiropoulos, John Milios e Spyros Lapatsionas

A crise financeira recente não tem precedentes no período do pós-guerra, fato este que é reconhecido pela maioria dos economistas. Ao mesmo tempo, a crise se configura como um “momento marginal”, o qual desvela e ajuda a repensar os funcionamentos do capitalismo contemporâneo. Este último tem sido predominantemente apreendido por meio do termo “financeirizado” nas discussões mais relevantes.

Um aspecto crucial de quase todas as abordagens heterodoxas contemporâneas é a ideia de que a hegemonia do neoliberalismo, do setor financeiro globalizado da economia, produz uma versão peculiarmente predatória de capitalismo que, ademais, tem uma inerente tendência à crise. Na literatura econômica relevante, o termo financeirização denota o fenômeno da importância crescente dos mercados financeiros, dos motivos financeiros, das instituições financeiras e das elites financeiras na operação da economia e de suas instituições de governo, tanto no nível nacional como internacional.

Assim, numa argumentação de teor keynesiano, o neoliberalismo é visto como um sistema injusto (em termos de distribuição da renda), instável, como uma variante de capitalismo anti-desenvolvimentista que gera, como suas consequências diretas, a contração da renda dos trabalhadores e a proliferação da especulação. Essa perspectiva geral parece prevalecer nas discussões marxistas. Um número expressivo de teóricos influenciados pelo marxismo sustentam duas linhas antagônicas de pensamento: ou o capitalismo neoliberal não conseguiu restaurar a lucratividade do capital (a taxa de lucro) em alto nível, ou seja, em um nível satisfatório para a dinâmica da acumulação de capital ou, contrariamente, ele foi muito longe nessa direção (de altos lucros), deixando

assim a classe trabalhadora com renda insuficiente para consumir o produto social. Desse modo, o capitalismo aparece estar (desde meados dos anos 70 até algum ponto depois) numa armadilha de crise permanente, cujo fim não é prontamente visível. O resultado desse processo é que largas somas de capital se mostram incapazes de encontrar investimentos, passando assim a gerar “bolhas” e a demandar políticas ineficazes de acumulação forçada que dependem de mais empréstimos e de mais débitos.

Neste livro, nós pretendemos embarcar numa avaliação compreensiva dessas visões, procurando especificar suas origens analíticas e suas capacidades de interpretar a realidade presente. A análise de Marx é revisitada num esforço para mostrar que o seu sistema original de categorias é adequado como arcabouço compreensivo para a interpretação dos desenvolvimentos contemporâneos dos mercados financeiros.

Pretendemos mostrar que a maioria das abordagens heterodoxas, embora reflitam sem dúvida aspectos relevantes do capitalismo atual, são incapazes de prover suficientemente uma avaliação abrangente das razões das reformas neoliberais e da financeirização resultante das sociedades capitalistas. A sua fraqueza básica – que vem a ser, também, a ligação que as mantém juntas – é apresentar a fórmula neoliberal para assegurar a lucratividade do capital não como uma questão da produção de lucros, mas como um problema de repartição da renda – questão esta que pertence essencialmente à esfera da circulação. Nessa espécie de abordagem, parece que a “incapacidade” de se desenvolver e a instabilidade que parece inerente ao capitalismo atual resultam de certa “insaciabilidade”, ou pelo menos de algum grau de má regulação, das relações governantes da distribuição da renda.

Nesse livro, tratamos a financeirização como um desenvolvimento orgânico – e não como uma distorção no interior da produção capitalista: aqui se dará um tratamento analítico concomitante do trabalho e do capital no capitalismo contemporâneo, o qual estará em agudo contraste com aquilo que se encontra nas abordagens heterodoxas típicas. A finança moderna não é irrealista, hipertrofiada ou disfuncional. Nesse sentido, nós nos diferenciamos claramente daqueles que acreditam que a corrente situação financeira global concerne à especulação e que expressam preocupação com a crescente separação da finança da economia “real”. Aprendendo a financeirização como um processo inherentemente capitalista, pretendemos explorar os modos pelos quais ela serve ao contexto da organização das relações de poder capitalistas.

A financeirização e os mercados de derivativos não concernem somente ao acesso intensivo e à reunião de informações. O processo de avaliação levado a efeito pelos mercados financeiros tem consequências importantes para a organização das relações de poder capitalistas. De nosso ponto de vista, esta é a principal mensagem da teoria de Marx. A financeirização diz respeito ao modo como essa avaliação reforça e intensifica as tendências do capital. A financeirização tem sido desenvolvida como uma tecnologia de poder que é superposta às relações sociais [tradicionalis] de poder com o objetivo de organizá-las e de reforçar seu vigor e sua eficácia.

Quando Marx procurou descrever a natureza social dos mercados financeiros, ele introduziu o conceito de “capital fictício”, mencionando o seu “fetichismo”. Ele chamou a nossa atenção para o fato de que os ativos de capital são formas reificadas, aparentes, das relações sociais do capital. Em efetivo, são representações estruturais das relações capitalistas, percepções objetivadas que obscurecem a natureza de classe das relações capitalistas e, ao mesmo tempo, assinalam e demandam certos modos próprios de comportamento, os quais são requeridos para a efetiva reprodução das relações capitalistas de poder.

A financeirização engloba um amplo conjunto de instituições, procedimentos, reflexões e estratégias que tornam possível a realização (não sem contradições) de certas metas fundamentais no contexto das relações sociais existentes. Este é justamente outro modo de apresentar a tese de Marx sobre a constituição das relações sociais como mercadorias. Os mercados financeiros têm como dupla função, por um lado, acessar e organizar efetivamente os atores econômicos individuais e, por outro, ao mesmo tempo, promover certas formas particulares de finança. Os derivativos, assim como todas as inovações e opções “exóticas”, são precondições necessárias para que a financeirização aconteça. Introduzem um procedimento de mensuração na apreensão dos riscos, pois os tornam comensuráveis entre si; ao fazê-lo, reduzem sua heterogeneidade a uma singularidade. Configurados como valores – como mercadorias que têm preço, ou seja, como coisas econômicas sempre já quantificáveis –, eles tornam possível que riscos concretos, heterogêneos entre si, sejam comensurados. Em outras palavras, ao se tornarem mercadorias, uma abstração é produzida a partir da desigualdade real dos ricos concretos – esta dá expressão a um atributo social singular: o risco abstrato. Nesse sentido, os derivativos monitoram e controlam o andamento e a reprodução de relações capitalistas contemporâneas, avaliando e buscando predizer (ainda que imperfeitamente) o curso das lutas de classes, antecipando eventos que seriam desfavoráveis do ponto de vista do capital.

A financeirização também não é resultado de uma persistente e fatal incapacidade do capitalismo de restaurar a lucratividade ou de obter mais-valia. A crise contemporânea é de fato o resultado de um desenvolvimento ativo da luta de classes no interior das formas sociais contemporâneas. A explosão dos derivativos financeiros, assim como das inovadoras formas de administração de risco, ajudou a alimentar a crise. Se a financeirização e os derivativos devem ser tomados como determinantes das mudanças no mundo contemporâneo, eles deveriam ser vistos como inovações que engendram novas formas de racionalidade para a promoção de estratégias de exploração baseadas no circuito do capital, ao invés de aberrações ou desenvolvimentos disfuncionais que impedem o desenvolvimento da economia “real”. As novas racionalidades associadas à financeirização presumem uma atitude de observância com relação às leis do sistema capitalista. É estranho apontar, mas essas novas racionalidades sistematicamente produzem uma subavaliação dos riscos. O capitalismo contemporâneo está prisioneiro de uma tensão exaustiva entre a necessidade de ser “eficiente” e de subestimar os riscos.

Na parte I do livro (*Uma avaliação marxista de uma velha tradição: finança como atividade contraprodutiva no pensamento heterodoxo*), propomo-nos a fazer uma revisão crítica de importantes abordagens que castigam a finança; estabelecemos, assim, um ponto de partida para a formulação de nossas próprias análises. O esboço contido nessa parte indica até certo ponto as intenções de nossa análise no livro como um todo. Ela descobre em Ricardo certo padrão de pensamento e certos rumos de raciocínio, os quais foram depois redescobertos por Veblen e Keynes sob a luz dos novos desenvolvimentos institucionais que surgiram no capitalismo durante a Grande Depressão de 1929. O mesmo esboço resume um tipo de interpretação do capitalismo que caracteriza muitas abordagens radicais recentes. Aí aparece sempre a ideia de um “proprietário ausente que, a partir de uma forma de propriedade privada legal, apropria-se de renda gerada por uma comunidade produtiva industrial na forma de renda”; essa ideia constante resume a visão básica que é comum a toda uma tradição que chega aos dias de hoje.

O capítulo 1 (*O proprietário ausente parasita na tradição Proudhon, Veblen e Keynes, Veblen*) contém uma apresentação crítica dessa grande tradição heterodoxa

sobre o papel da finança, cujas raízes se encontram no século XIX. O capítulo 2 (*O marxismo ricardiano e a finança como atividade improdutiva*) discute criticamente a interpretação ricardiana da teoria monetária de Marx sobre o valor e o capital, com foco nos escritos de Rudolf Hilferding. No capítulo 3 (*A finança é uma atividade produtiva ou “parasita”?*), introduzimos a principal tese de nossa pesquisa teórica no contexto da obra de Marx, a saber, que a finança não vem a ser um sofisticado tipo de usura, mas sim um desenvolvimento consistente com o espírito do capitalismo.

Na parte II do livro (*Inovação financeira, dinheiro e exploração capitalista: um pequeno volteio na história das ideias econômicas*), embarcamos num questionamento crítico sobre certas teses fundamentais apresentadas por abordagens teóricas ortodoxas, heterodoxas e marxistas sobre o papel da finança. Examinamos o potencial de cada abordagem para fornecer um melhor esclarecimento quanto às tendências históricas e contemporâneas do capitalismo. Pomes foco na problemática teórica única de Marx, a qual introduz um novo campo de pesquisa que nos permitirá entender a natureza social das mudanças contemporâneas na esfera financeira. Em contraste, verificamos que o pensamento econômico ortodoxo tem sempre dificuldade para pensar seriamente sobre o tema, em especial para incorporá-lo na teoria econômica em geral, assim como especificamente para inclui-lo na explicação da instabilidade e nas crises do capitalismo.

O capítulo 4 (*Derivativo como dinheiro?*) desafia a antiga abordagem de Rudolf Hilferding segundo a qual os derivativos devem ser encarados como nova forma de dinheiro. O capítulo 5 (*Finança, comportamento social e disciplina: delineando os traços de um problema que nunca foi propriamente tratado*) revisa certas teses de Proudhon, Hayek, Von Mises, Lange e Keynes a fim de esclarecer o papel da finança na consolidação do poder capitalista. A nossa principal conclusão é que a finança não concerne tanto à previsão do futuro, mas sim ao disciplinamento do presente, mesmo se essa função não deixa de passar pela estimativa de resultados futuros.

A parte III do livro (*Repensando a finança: um arcabouço marxista de análise*) sustenta-se na argumentação dos dois capítulos anteriores e tem por fim sistematizar teoricamente uma análise do capitalismo contemporâneo. Ele mostra como a financeirização reforça e fortalece o poder capitalista e como ela estabiliza as condições competitivas para a valorização do capital e, assim, para a própria organização da finança neoliberal. Ao mesmo tempo, aí é investigada as suas contradições imanentes, a partir das quais se explica porque a instabilidade e a eficiência são duas faces da mesma moeda no capitalismo contemporâneo.

O capítulo 6 (*Episódios em finanças*) revisita os episódios mais marcantes no desenvolvimento dos mercados financeiros. Este capítulo fornece algumas ilustrações preliminares sobre o papel do Estado na consolidação do modo de funcionamento da esfera financeira. O capítulo 7 (*Capital fictício e finança: uma introdução à análise de Marx encontrada no terceiro volume de O Capital*) analisa os desenvolvimentos da finança no capitalismo contemporâneo com base na categoria marxiana de capital fictício. Este, aliás, é “fictício” não no sentido de que vem a ser algo imaginário e destacado das condições reais da produção, tal como às vezes se pensa, mas no sentido de que presentifica a possibilidade eventual de mais-valia futura e, assim, reifica a relação de produção capitalista, vindo a ser, portanto, uma forma de existência do capital. Desse ponto de vista, o capitalismo contemporâneo compreende uma forma historicamente específica de organização do poder capitalista no qual a governamentabilidade exercida por meio dos mercados financeiros adquire um papel crucial. No capítulo 8 (*Financeirização como uma tecnologia de poder: incorporando o risco no arcabouço marxiano de análise do capitalismo*), discutimos porque a

securitização das dívidas se tornou um processo importante e como ele contribui tanto para a emergência do sistema de crédito contemporâneo quanto para as suas crises correntes. Explicamos, adicionalmente, como a financeirização e os mercados de derivativos, ao estabelecerem um *modo universal* de entender e interpretar a realidade do ponto de vista do risco, tornaram possível um completo “escrutínio” dos ativos financeiros. Nesse contexto, defendemos a tese que a função da finança é representar e tornar comensurável uma série de conflitos de classe, assim como outros eventos (já edificados como riscos), os quais se encontram entremeados no processo de valorização capitalista em geral.

A parte IV do livro (*A crise na área do Euro*) foca a área do Euro para encontrar aí um exemplo ilustrativo do modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo – ela clarifica, assim, a argumentação das partes precedentes. A estratégia do Euro [como moeda supranacional] é analisada como um mecanismo que exerce pressão contínua na reorganização do trabalho nos vários países membros. Nesse contexto, mostramos como as tensões nos mercados financeiros consolidaram e reorientaram as reações neoliberais às questões pertinentes às relações capital/trabalho e como a presença dessas estruturas financeiras em seu atual nível de sofisticação ajudaram o poder de estado na formatação de políticas que favorecem o interesse do capital.

O capítulo 9 (*Rumo a uma economia política das uniões monetárias: revisitando a crise na área do Euro*) trata da estrutura [econômica] da área do Euro. Nossa análise defende a tese que os persistentes desbalanceamentos dentro dessa última são principalmente desbalanceamentos na conta financeira. Eles resultaram de altas taxas de crescimento nas economias “periféricas” da Europa, acompanhadas tanto por uma rápida redução do custo doméstico dos empréstimos quanto de uma entrada significativa de poupança externa nesses países: os desbalanceamentos não resultaram de um déficit fundamental de competitividade. Em última análise, os desbalanceamentos da conta corrente resultaram do desenvolvimento da luta de classes no contexto de um conjunto de relações simbióticas dentro da União Monetária Europeia. O capítulo 10 (*Governança europeia e suas contradições*), que conclui a última parte do livro, põe foco no caráter de classe da agenda neoliberal no interior do processo europeu de unificação.

Finalmente, a “Conclusão” completa o livro recapitulando todo o nosso argumento teórico. Focamos especialmente a tensão entre o sistema teórico de Marx em sua *Crítica da Economia Política* e a visão que emerge das grandes discussões heterodoxas sobre crise e finanças. Esboçamos, também, uma agenda política geral.

Referências

- Chesnais, François (org.) – A finança mundializada – Raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Sotiropoulos, Dimitris P.; Milius, John; e Lapatsionas, Spyros – *A political economy of contemporary capitalism and its crisis – Demystifying finance*. Londres: Routledge, 2013